

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

ENTRE

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA
como Emissora

E

AES ELPA S.A.



JUCESP PROTOCOLO
969104/06-6



COLEGIADA

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

AES URUGUAIANA INC.

AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.

AES TIETÊ HOLDING LTD.

AES TH II LTD.

AES TIETÊ EMPREENDIMENTOS S.A.

AES TIETÊ PARTICIPAÇÕES S.A.

AES TIETÊ S.A.

como Intervenientes Anuentes

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

Data

13 de dezembro 2006



(Assinaturas manuscritas)

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

Pelo presente instrumento, de um lado,

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA, sociedade por ações, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, n.º 158, 1º andar, sala C, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.128.563/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”, a “Companhia” ou a “Brasiliiana”);

e, de outro lado,

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.227.994/0001-50, representando a comunhão dos titulares das Debêntures, conforme abaixo definidas (os “Debenturistas”) subscritores ou adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”);

ainda, como Intervientes Anuentes,

AES ELPA S.A., com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, n.º 158, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.917.705/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Elpa”);

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, n.º 158, 3º ao 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.695.227/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Eletropaulo”);

AES URUGUAIANA INC., com sede na Cidade de Arlington, Estado *Commonwealth* da Virgínia, Estados Unidos, no *Corporate Centre, West Bay Road, P.O. Box 31106 SMB, Grand Cayman, Cayman Islands*, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “AES Uruguaiiana Inc”);

AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A., com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rodovia BR 472, km 576, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.600.202/0001-37, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Uruguaiiana”);

AES TIETÊ HOLDING LTD., com sede na Leeward One Building, Safe Haven Corporate Centre, West Bay Road, P. O. Box 31106 SMB, Grand Cayman, Ilhas Cayman, Antilhas Britânicas, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “AES Tietê Holding”);

AES TH II LTD., com sede em Leeward One Building, Safe Haven Corporate Centre, West Bay Road, P.O. Box 31106, Seven Mile Beach, Grand Cayman, Cayman Islands, British West Indies (a “AES TH II”);



**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

AES TIETÊ EMPREENDIMENTOS S.A., com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, n.º 158, 1º andar, sala "A", inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.670.218/0001-89, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "AES Tietê Empreendimentos");

AES TIETÊ PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, n.º 158, 1º andar, sala "B", inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.616.184/0001-07, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "AES Tietê Participações"); e

AES TIETÊ S.A., com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, n.º 158, 1º e 2º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.998.609/0001-27, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "AES Tietê", e em conjunto com a Elpa, a AES Uruguaiana Inc., a Uruguaiana, a AES Tietê Holding, a AES TH II, a AES Tietê Empreendimentos, a AES Tietê Participações e a AES Tietê, as "Intervenientes Anuentes");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Companhia Brasileira de Energia (a "Escritura"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas nas Assembléias Gerais Extraordinárias da Emissora realizadas em 21 de setembro de 2006 e 10 de novembro de 2006 (as "AGEs") e na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de novembro de 2006 ("RCA").

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

A terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nominativas, escriturais, em série única (a "Emissão" e as "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública (a "Oferta"), será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (a "CVM" e a "Instrução CVM 400"), com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na CVM conforme disposto na Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), na Instrução CVM 400, e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



Handwritten signatures and initials, including a large 'J' and a signature that appears to be 'J. J. J.', followed by the number 3 and a checkmark.

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas das AGE e RCA

As atas das AGEs realizadas em 21 de setembro de 2006 e 10 de novembro de 2006 e a ata da RCA realizada em 29 de novembro de 2006 foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a "JUCESP") sob os n.ºs 241.042/06-0, 328.386/06-6 e 327.864/06-0, respectivamente. As atas das AGEs e da RCA serão publicadas nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2.3. Arquivamento da Escritura

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID

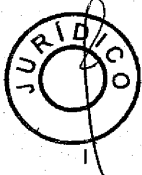
A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID") no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002 (o "Código ANBID").

2.5. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas (A) para distribuição no mercado primário: no Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (a "CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro (a "ANDIMA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (B) para negociação no mercado secundário: (i) no Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (a "BOVESPA"), sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a "CBLC").

2.6. Registro da Garantia

Uma vez implementada a Condição Suspensiva prevista no item 4.6.1.1 abaixo, as Garantias Reais, conforme definidas no referido item 4.6.1 e formalizadas por meio dos Contratos de Garantia, conforme definido adiante, serão devidamente averbadas nos registros da instituição financeira em que estiverem registradas as Ações Alienadas, também definidas no item 4.6.1 abaixo. Além disso, os Contratos de Garantia serão registrados em Cartórios de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de celebração dos respectivos contratos. Cópias autenticadas das averbações retro mencionadas deverão ser encaminhadas ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias após seus registros.



4

S.

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

**CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social, exclusivamente, exercer o controle acionário da Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A., da AES Tietê S.A., da AES Uruguiana Empreendimentos S.A., AES Communications Rio de Janeiro S.A., Eletropaulo Telecomunicações Ltda, AES Infoenergy Ltda. e AES Minas PCH Ltda., mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades.

3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a terceira emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de até R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida no item 4.1.1. abaixo).

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.




3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de distribuição, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação, no mercado primário, por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, observados os termos e condições estipulados no “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, sob Regime de Garantia Firme da Terceira Emissão da Companhia Brasileira de Energia”, celebrado em 4 de dezembro de 2006, entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A. (o “Contrato de Colocação”).

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta (o “Anúncio de Início”) e a disponibilização do Prospecto (conforme abaixo definido) aos investidores.

3.5.3. O prazo de colocação das Debêntures será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (o “Prazo de Colocação”).



  
5

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

3.6. Opção de Debêntures Adicionais e Lote Suplementar

A Companhia não aumentará a quantidade de Debêntures a serem distribuídas, aumento a que se refere o artigo 14, parágrafo primeiro da Instrução CVM 400.

A Emissora não outorga à instituição intermediária líder (o “Coordenador Líder”) opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas por meio de lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.

3.7. Limite da Emissão

A Emissão atende aos requisitos previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (a) as Debêntures são da espécie quirografária, e (b) o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$ 3.421.592.328,72 (três bilhões, quatrocentos e vinte e um milhões, quinhentos e noventa e dois mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos), sendo que não há outras debêntures da Emissora em circulação nesta data.

3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) ao pagamento do valor principal, juros, tributos e/ou quaisquer outras despesas relacionadas ao resgate das notas promissórias emitidas pela Emissora, no valor de R\$800.000.000,00, cuja distribuição pública foi registrada na CVM em 20 de outubro de 2006, sob o n.º RJ2006/7793, sujeita a juros remuneratórios referentes à taxa DI acrescida de 2,25% ao ano, com prazo de vencimento de 180 dias contados da data da subscrição e integralização das notas promissórias, qual seja, 30 de outubro de 2006 (as “Notas Promissórias”); e (ii) ao pagamento das despesas relacionadas à liberação dos Bens Alienados e a quaisquer outras providências necessárias à presente Emissão.

3.9. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o “Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures (i) para as Debêntures depositadas no SND, o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (ii) para as Debêntures depositadas na CBLIC, extrato de custódia em nome do Debenturista, emitido pela CBLIC.

**CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 31 de outubro de 2006 (a “Data de Emissão”).



**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

4.1.2. Valor Nominal Unitário: O valor nominal de cada Debênture será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.1.3. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas até 80.000 (oitenta mil) Debêntures.

4.1.4. Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.

4.1.5. Conversibilidade, Tipo e Forma: Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas.

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, sujeita à convalidação para a espécie com garantia real após o atendimento da condição suspensiva prevista na Cláusula 4.6.1.1 desta Escritura e da constituição das Garantias Reais.

4.1.7. Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures desta Emissão é de 114 (cento e catorze) meses e 20 (vinte) dias a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 20 de maio de 2016 (a “Data de Vencimento”).

4.2. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração (a “Remuneração”):

4.2.1. Atualização

O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios

As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a “Taxa DI”), acrescida exponencialmente de *spread* de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:



Handwritten signatures and initials.

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário para o Primeiro Período de Capitalização, ou Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, relativa ao período d_k , calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

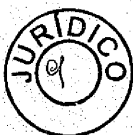
$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1,$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;



Handwritten signatures and initials, including a large 'd' and a signature with the number '8' below it.

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos).

N = 252;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "DT" um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre a data do evento anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Evento = pagamento de remuneração

Observações:

- (1) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (2) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (4) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos, todo dia 20 de maio e 20 de novembro de cada ano. O vencimento do primeiro período será em 20 de maio de 2007 e do último em 20 de maio de 2016.



↓ # J 93

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIIANA DE ENERGIA**

4.2.2.1. No caso de indisponibilidade temporária das Taxas DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração das TDI_k, o valor da última Taxa DI divulgada, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (o "Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas (a "Assembleia Geral de Debenturistas") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI.

4.2.2.3. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada, para apuração das TDI_k, o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.

4.3. Direito de Preferência

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.4. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.4.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2 acima. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas à vista (i) em moeda corrente nacional; ou (ii) com direitos de crédito detidos por titulares das Notas Promissórias.

4.4.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da Emissão.

4.4.3. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador,



10

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA**

no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da imunidade ou isenção tributária.

4.4.4. Amortização Programada:

As Debêntures serão objeto de amortização programada, de acordo com o cronograma abaixo estabelecido (as “Datas de Amortização”):

Data	Percentual sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures
20 de maio de 2014	20%
20 de novembro de 2014	20%
20 de maio de 2015	20%
20 de novembro de 2015	20%
20 de maio de 2016	20%

4.4.5. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLIC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

4.4.6. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto no item 5.2. abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos da respectiva remuneração aplicável às Debêntures, bem como ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e a juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período correspondente ao atraso no recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.5. Repactuação

4.5.1 As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.



115

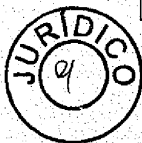
**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

4.6. Garantias

4.6.1. Garantias Reais Sob Condição Suspensiva

Para fins de cumprimento das obrigações perante os Debenturistas assumidas na presente Escritura pela Emissora (as “Obrigações Garantidas”), a AES Tietê Empreendimentos, a AES Tietê Participações, a Emissora, a Elpa, a AES Uruguaiana Inc., a AES Holding e a AES TH II (as “Alienantes”) alienaram ou cederam fiduciariamente em garantia aos Debenturistas (as “Garantias Reais”), sob condição suspensiva, os ativos mencionados na tabela abaixo (os “Bens Alienados”).

Bens Alienados	Alienantes	Instrumentos de Formalização
(i) 50,79 % das ações de emissão da AES Tietê detidas pelas Alienantes, nesta data representadas por 17.889.312.214 ações ordinárias e 7.548.594.642 ações preferenciais (as “ <u>Ações da AES Tietê</u> ”) e respectivos dividendos e juros sobre capital próprio, bem como todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídas às Ações da AES Tietê	AES Tietê Empreendimentos AES Tietê Participações Emissora	Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão da AES Tietê S.A. e Outras Avenças (o “ <u>Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão da AES Tietê</u> ”)
(ii) 50,79 % das ações de emissão da Eletropaulo de titularidade das Alienantes, nesta data representadas por 6.466.138.317 ações ordinárias e 944.020.726 ações preferenciais classe B (as “ <u>Ações da Eletropaulo</u> ”), e, em conjunto com as Ações da AES Tietê, as “ <u>Ações Alienadas</u> ”) e respectivos dividendos e juros sobre capital próprio, bem como todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídas às Ações da Eletropaulo	Emissora Elpa	Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e Outras Avenças (o “ <u>Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão da Eletropaulo</u> ”)
(iii) Fluxo de pagamentos decorrentes das <i>floating rate notes</i> emitidas pela Uruguaiana entre 29 de abril de 1999 e 18 de novembro de 1999 (o “ <u>Fluxo das FRNs da Uruguaiana</u> ”)	AES Uruguaiana Inc.	Contrato de Cessão Fiduciária de Fluxo de Pagamentos Decorrentes das <i>Floating Rate Notes</i> Emitidas pela AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (o “ <u>Contrato de Cessão Fiduciária das FRNs</u> ”)
(iv) 50,79 % do Fluxo de pagamentos decorrentes de dividendos e juros sobre o capital próprio (i) da Uruguaiana para a AES Uruguaiana Inc.; (ii) da AES Uruguaiana Inc. para a Emissora; (iii) da AES Elpa para a Emissora; (iv) da AES Tietê	AES Uruguaiana Inc., AES TH II, AES Tietê Holding e Emissora	Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio e Outras Avenças (o “ <u>Contrato de Cessão Fiduciária dos Dividendos e JCPs</u> ”) e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de



[Handwritten signatures and initials]

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

Empreendimentos para a AES Tietê Holding; (v) da AES Tietê Participações para a AES Tietê Holding; (vi) da AES TH II para a AES Tietê Holding; e (vii) da AES Tietê Holding para a Emissora.		Emissão da AES Tietê, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão da Eletropaulo e o Contrato de Cessão Fiduciária das FRNs, os "Contratos de Garantia")
--	--	---

4.6.1.1. As Garantias Reais da presente Oferta são outorgadas sob condição suspensiva, nos termos do art. 125 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), estando sua eficácia e validade condicionadas à quitação das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, com a conseqüente liberação dos Bens Alienados, e a devida averbação das Garantias Reais nos registros respectivos, de acordo com os procedimentos previstos nos Contratos de Garantia.

4.6.1.2. A Emissora, o Agente Fiduciário e os Intervenientes Anuentes ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamento à presente Escritura, nos termos do Anexo I, para formalizar a alteração da espécie das Debêntures de quirografária para com garantia real, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação de tal aditamento. A celebração do referido aditamento e a constituição de todas as Garantias Reais deverão ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da publicação Anúncio de Início.

4.6.1.3. Para fins de verificação do limite estabelecido na alínea "a" do parágrafo primeiro, do artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações, antes do aditamento referido na Cláusula anterior, as Garantias Reais representadas por Ações da AES Tietê, Ações da Eletropaulo e Fluxo das FRNs da Uruguaiana, serão avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo II desta Escritura.

4.6.1.3.1. Se houver diminuição do valor das Garantias Reais durante o prazo das Debêntures, a Emissora e as Intervenientes Anuentes não estarão obrigadas a efetuar o reforço das Garantias Reais, observados, entretanto, os termos da Cláusula 4.6.1.5 abaixo. Ademais, fica desde logo estabelecido que, se o valor das Garantias Reais passar a ser inferior às obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, os créditos de titularidade dos debenturistas que não puderem ser satisfeitos com as Garantias Reais serão considerados créditos quirografários para todos os efeitos legais, independentemente de qualquer aditamento à presente Escritura.

4.6.1.4. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretirável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, caso a Emissora não o faça, nos termos dispostos no artigo 653 e § 1º do artigo 661 do Código Civil, promover a averbação da alienação fiduciária das Ações Alienadas e, quando aplicável, dos demais Bens Alienados referidos neste item 4.6.1.

4.6.1.5. Para fins do previsto nesta Cláusula 4.6.1 e observado o disposto no item 4.6.1.9 abaixo, a Emissora e as Alienantes comprometem-se a subscrever, até a liquidação de todas as suas obrigações decorrentes das Debêntures, qualquer aumento de capital da AES Tietê e da Eletropaulo necessários para preservar, no mínimo, (i) o percentual conjunto de participação de 52,54% (cinquenta e dois inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento) no capital social da AES Tietê; e (ii) o percentual conjunto de participação de 34,87% (trinta e quatro inteiros e



13

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

oitenta e sete centésimos por cento) no capital social da Eletropaulo, observado o disposto no item 4.6.1.13 abaixo.

4.6.1.6. Declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes da Escritura e das Debêntures, nos termos pactuados nesta Escritura, todos os dividendos e juros sobre capital próprio em decorrência das Ações Alienadas deverão ser pagos pela AES Tietê e pela Eletropaulo diretamente ao Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, para liquidação total ou parcial das Debêntures. Enquanto não ocorrer qualquer um dos eventos que dêem ensejo a um vencimento antecipado das Debêntures, entretanto, os recursos advindos dos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ou atribuídos às Ações Alienadas serão pagos aos respectivos acionistas, na forma prevista nos respectivos instrumentos de formalização das Garantias Reais previstas no quadro da Cláusula 4.6.1 desta Escritura, sendo certo que tais recursos só serão pagos diretamente ao Agente Fiduciário quando e se ocorrer ou for declarado o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

4.6.1.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.6.1.6. acima, o Agente Fiduciário poderá, ainda, independente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, vender a terceiros, a quantidade de Ações Alienadas necessária para efetuar o integral pagamento das Obrigações Garantidas, devendo aplicar o produto da venda em benefício dos Debenturistas, para liquidação total ou parcial das Debêntures, bem como no pagamento das despesas decorrentes da realização das Garantias Reais, preferindo esta última em benefício dos Debenturistas.

4.6.1.7. A Emissora poderá proceder à venda das ações de emissão da Uruguaiana de que é titular (a "Venda da Uruguaiana"), desde que seja oferecida aos Debenturistas a opção de:

- (a) exigir o pré pagamento de Debêntures no montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos recursos obtidos com a Venda da Uruguaiana, caso em que não será devido o Prêmio de Amortização Extraordinária, conforme definido na Cláusula 5.2.1 desta Escritura; ou
- (b) exigir a constituição de garantia adicional de ações que representem direta ou indiretamente (i) 2,74% (dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) do capital da Eletropaulo e (ii) 4,13% (quatro inteiros e treze centésimos por cento) do capital da AES Tietê.

4.6.1.8. Em virtude do item 4.6.1.7. (b) acima, a Emissora compromete-se a deixar livres de quaisquer ônus ou encargos a partir da presente data, ações que representem direta ou indiretamente (i) 2,74% (dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) do capital da Eletropaulo e (ii) 4,13% (quatro inteiros e treze centésimos por cento) do capital da AES Tietê.

4.6.1.9. Com relação às ações que não forem objeto das Garantias Reais e às ações que forem liberadas proporcionalmente à parcela das Debêntures amortizadas, na medida em que ocorrerem as amortizações, na forma prevista na Escritura de Emissão (as "Ações Excedentes"), a Emissora poderá:

- (i) oferecer as Ações Excedentes em garantia de outros compromissos e obrigações; e



14

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA**

(ii) vender as Ações Excedentes, desde que (A) tal venda seja realizada a Valor de Mercado, conforme definido abaixo (a “Venda das Ações Excedentes”); e (B) seja concedida aos Debenturistas a opção de exigir que parte ou a totalidade dos recursos obtidos com a venda das Ações Excedentes seja utilizada na amortização do saldo devedor das Debêntures (a “Amortização em Caso de Venda das Ações Excedentes”).

4.6.1.9.1. Para os fins deste item 4.6.1.9, “Valor de Mercado” significa (i) nos casos em que a Venda das Ações Excedentes ocorrer por meio de uma oferta pública de ações, nos termos da regulamentação aplicável, o valor efetivamente obtido com a Venda das Ações Excedentes e (ii) nos casos em que a Venda das Ações Excedentes ocorrer por meio de uma venda privada de ações, o valor correspondente a, no mínimo, 90% (noventa por cento) do valor obtido por meio do procedimento de avaliação descrito no item 4.6.1.9.2. abaixo.

4.6.1.9.2. Para fins de determinação do Valor de Mercado nos termos do item 4.6.1.9.1 (ii) acima, a Emissora deverá contratar, às suas expensas, uma empresa para avaliar o valor das ações objeto da Venda das Ações Excedentes dentre empresas de consultoria independentes e de boa reputação e/ou bancos de investimento de primeira linha e porte internacional, que (a) tenha atuado como assessor financeiro em operações de fusão e aquisição e/ou em avaliações do porte da Venda das Ações Excedentes; (b) não sejam Debenturistas ou controladoras, controladas ou empresas sob controle comum de quaisquer dos Debenturistas ou da Emissora; e (c) não tenham qualquer conflito com qualquer pessoa indicada na alínea (b) acima, inclusive de natureza creditícia, que possa comprometer a prestação dos serviços previstos neste inciso (o “Avaliador”). O Avaliador deverá preparar e apresentar à Emissora e ao Agente Fiduciário laudo fundamentado com a determinação do Valor de Mercado das ações objeto da Venda de Ações Excedentes (o “Lauda”). O Laudo será conclusivo para fins de determinação do Valor de Mercado nos termos do item 4.6.1.9.1 (ii) acima.

4.6.1.10. Observado o disposto acima, após a Venda das Ações Excedentes, a Emissora deverá convocar Assembléia de Debenturistas específica para deliberar sobre a Amortização em caso de Venda das Ações Excedentes, sendo necessária a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, para definição do valor relativo à Venda das Ações Excedentes que deverá ser utilizado na amortização das Debêntures (o “Valor da Amortização”). Caso haja necessidade de uma segunda convocação, a determinação do Valor de Amortização competirá aos Debenturistas representando a maioria das Debêntures presentes à Assembléia de Debenturistas.

4.6.1.11. Caso haja aprovação, a amortização deverá atingir todas as Debêntures, na mesma proporção, conforme previsto na cláusula 5.2.1.2. abaixo.

4.6.1.12. Não obstante o exposto acima, se após a Venda das Ações Excedentes, (i) os Debenturistas não chegarem a um acordo sobre o Valor de Amortização e/ou (ii) o Valor de Mercado, com base no mesmo critério estipulado no item 4.6.1.9.1 acima, das ações remanescentes de titularidade da Emissora e de emissão da AES Tietê e da Eletropaulo for inferior a 200% (duzentos por cento) do valor da dívida bruta da Emissora, a totalidade dos recursos da Venda das Ações Excedentes deverá ser necessariamente utilizada para amortizar extraordinariamente as Debêntures, conforme previsto na cláusula 5.2.1.2. abaixo. Para fins desta Cláusula “dívida bruta” significa (i) o somatório de (a) todas as obrigações da



15

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

Companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos, ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Companhia; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de emissora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários.

4.6.1.13 Após a Venda das Ações Excedentes, os percentuais de participação da Emissora no capital social da AES Tietê e da Eletropaulo, mencionados nos itens 4.6.1.5 acima e 7.1.23 abaixo, serão reduzidos de forma a refletir os novos percentuais de participação.

4.6.1.14. Observados os termos da Cláusula 4.6.1.9 acima, as Garantias Reais serão liberadas *pro rata* na medida em que a dívida seja amortizada, de acordo com os procedimentos previstos nos seus respectivos instrumentos de formalização.

4.6.1.15. Observadas as liberações parciais previstas no item 4.6.1.9 e 4.6.1.14, a totalidade das Garantias Reais ora previstas somente será extinta mediante a satisfação integral das Obrigações Garantidas.

4.6.1.16. Fica desde já certo e ajustado que a liberação das Ações Alienadas, por meio de averbação nesse sentido no livro de registro de ações nominativas da AES Tietê e da Eletropaulo, somente ocorrerá mediante o recebimento, pela Emissora, pela AES Tietê ou pela Eletropaulo, de autorização dada por escrito pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a ser fornecida no prazo máximo de 5 (cinco) dias das datas em que cada uma das amortizações programadas previstas no item 4.4.4 desta Escritura for realizada. Juntamente com a autorização referida, o Agente Fiduciário deverá enviar também à Emissora, à AES Tietê ou à Eletropaulo, a declaração de quitação de cada uma das parcelas referentes a cada uma das amortizações.

4.6.1.17 A excussão das garantias objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão da Eletropaulo e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão da AES Tietê está condicionada à prévia e expressa anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") nas hipóteses em que a excussão de tais garantias resultar em alteração do controle acionário da Eletropaulo e/ou AES Tietê, se for o caso, conforme determinar a regulamentação vigente à época da excussão das referidas garantias.

4.7. Comunicações

4.7.1. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - INTERNET



16

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

(<http://www.energiapaulista.com.br>), exceção feita ao Anúncio de Início e ao anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures (o “Anúncio de Encerramento”), que apenas serão publicados na edição nacional do jornal Valor Econômico. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do Anúncio de Início constará da página da Emissora na rede internacional de computadores – INTERNET, no endereço acima referido.

4.7.2. Endereçamento

Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para Emissora:

Companhia Brasileira de Energia
Rua Lourenço Marques, n.º 158, 1º andar, sala C
São Paulo - SP, CEP:04547-100
At: Sr. Britaldo Pedrosa Soares
Tel: (11) 2195-7050
Fax: (11) 2195- 2300
E-mail: britaldo.soares@aes.com

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20050-005
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Tel: (21) 2507-1949
Fax: (21) 2507-1773
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para a Elpa:

AES Elpa S.A.
Rua Lourenço Marques, nº 158, 13.º andar
São Paulo - SP, CEP:04547-100
At: Sr. Britaldo Pedrosa Soares
Tel: (11) 2195-7050
Fax: (11) 2195-2147
E-mail: britaldo.soares@aes.com




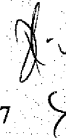
Para a Eletropaulo:

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Rua Lourenço Marques, 158
São Paulo - SP, CEP:04547-100
At: Sr. Britaldo Pedrosa Soares
Tel: (11) 2195-7050
Fax: (11) 2195-2147
E-mail: britaldo.soares@aes.com

Para a AES Uruguaiana Inc.:

AES Uruguaiana Inc.
West Bay Road, P.O. Box 31106 SMB, Corporate Centre,
Grand Cayman, Cayman Islands
At: Sr. Britaldo Pedrosa Soares
Tel: (11) 2195 7050
Fax: (11) 2195 2147



   
17

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

Para a Uruguaiana:

E-mail: britaldo.soares@aes.com

AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.

At.: Sr. Britaldo Pedrosa Soares

Rodovia BR 472, Km 576

São Paulo – SP, CEP: 97500-970

Tel: (11) 2195 7050

Fax: (11) 2195 2147

E-mail: britaldo.soares@aes.com

Para a AES Tietê Holding:

AES Tietê Holding Ltd.

Leeward One Building, Safe Haven Corporate Centre,
West Bay Road, P. O. Box 31106 SMB, Grand Cayman,
Ilhas Cayman, Antilhas Britânicas

At.: Sr. Britaldo Pedrosa Soares

Tel: (11) 2195 7050

Fax: (11) 2195 2147

E-mail: britaldo.soares@aes.com

Para a AES TH II:

AES TH II Ltd.

Leeward One Building, Safe Haven Corporate Centre,
West Bay Road,
P.O. Box 31106, Seven Mile Beach, Grand Cayman,
Cayman Islands, British West Indies.

At.: Sr. Britaldo Pedrosa Soares

Tel: (11) 2195 7050

Fax: (11) 2195 2147

E-mail: britaldo.soares@aes.com

Para a AES Tietê
Empreendimentos:

AES Tietê Empreendimentos S.A.

Rua Lourenço Marques, n.º 158, 1º andar, sala "A"

São Paulo - SP, CEP: 04547-100

At.: Sr. Britaldo Pedrosa Soares

Tel: (11) 2195 7050

Fax: (11) 2195 2147

E-mail: britaldo.soares@aes.com

Para a AES Tietê Participações:

AES Tietê Participações S.A.

Rua Lourenço Marques, n.º 158, 1º andar, sala "A"

São Paulo - SP, CEP: 04547-100 At.: Sr. Britaldo Pedrosa
Soares

Tel: (11) 2195 7050

Fax: (11) 2195 2147

E-mail: britaldo.soares@aes.com

Para a AES Tietê:

AES Tietê S.A.

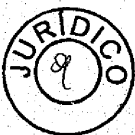
Rua Lourenço Marques, n.º 158, 1º andar, sala "A"

São Paulo - SP, CEP: 04547-100

At.: Sr. Britaldo Pedrosa Soares

Tel: (11) 2195 7050

Fax: (11) 2195 2147



18

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

E-mail: britaldo.soares@aes.com

Para o Banco Mandatário e
Escrutador:

Banco Itaú S.A.
Av. Engº Armando da Arruda Pereira, 707, 9º andar
São Paulo - SP, CEP: 04344-902
At. Sra. Gabriela Miranda de Oliveira
Tel: (11) 5029-1963
Fax: (11) 5029-1917
E-mail: gabriela.oliveira@itau.com.br
At. Sr. José Nilson Cordeiro
Tel: (11) 5029-1317
Fax: (11) 5029-1917
E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

Para a CETIP:

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo - SP, CEP: 01009-000
At. Sr. Fábio Benites
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
E-mail: fbenites@cetip.com.br

Para a CBLC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
Rua XV de Novembro, 275
São Paulo - SP, CEP: 01013-001
At. Sr. Charles Mann de Toledo
Tel: (11) 3233-2720
Fax: (11) 3233-2051
E-mail: ctoledo@bovespa.com.br

4.7.3. As comunicações serão consideradas entregues, sempre nos endereços acima, quando (i) forem recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sendo considerada como data de recebimento a data do protocolo ou aviso de recebimento; ou (ii) forem enviadas por telegrama, sendo considerada como a data de recebimento a data de envio do telegrama. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

4.7.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, à Emissora, que deverá comunicar a mudança a todas as partes.


19

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

**CLÁUSULA V
DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA**

5.1. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, se for o caso, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 5.1. poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração e demais condições das demais Debêntures então em circulação.

5.2. Amortização Extraordinária e Pagamento Antecipado da Remuneração

5.2.1. A Emissora poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures em Circulação (a "Amortização Extraordinária"), total ou parcialmente, a partir de 20 de maio de 2011, ocasião em que serão pagos, além da amortização, a Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da Amortização Extraordinária, acrescido de prêmio, calculado sobre o valor a ser pago, equivalente a: (i) 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) se a amortização for feita entre 20 de maio de 2011 e 20 de maio de 2012; (ii) 2,00% (dois inteiros por cento) se a amortização for feita entre 20 de maio de 2012 exclusive e 20 de maio de 2013 inclusive; (iii) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) se a amortização for feita entre 20 de maio de 2013 exclusive e 20 de maio de 2014 inclusive; (iv) 1,00% (um por cento) se a amortização for feita entre 20 de maio de 2014 exclusive e 20 de maio de 2015 inclusive; (v) 0,5% (meio por cento) se a amortização for feita entre 20 de maio de 2015 exclusive e 20 de maio de 2016 inclusive (o "Prêmio de Amortização Extraordinária").

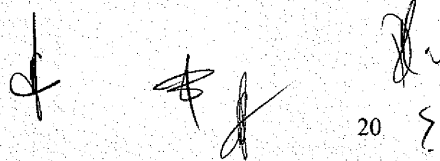
5.2.1.1. Caso ocorra pré pagamento nos termos da Cláusula 4.6.1.7 (a), em virtude da Venda da Uruguaiana, e da Cláusula 4.6.1.9, em virtude da venda de ações da Eletropaulo e da AES Tietê, não será devido o Prêmio de Amortização Extraordinária.

5.2.1.2. A Amortização Extraordinária deverá atingir todas as Debêntures, na mesma proporção.

5.2.2. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário notificação por escrito a respeito da Amortização Extraordinária, acompanhada de demonstrativo da origem dos recursos a serem utilizados para a Amortização Extraordinária, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

5.2.3. As Amortizações Extraordinárias serão realizadas mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos órgãos de imprensa referidos no item 4.7.1., com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data pretendida para sua realização.





20

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

5.3. Resgate Antecipado Facultativo

Com exceção ao disposto no item 5.2 acima, não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

**CLÁUSULA VI
VENCIMENTO ANTECIPADO**

6.1. Observados os itens 6.1.1, 6.1.2., 6.2 e 6.3. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- a) caso a Emissora e/ou os Intervenientes Anuentes não celebrem com o Agente Fiduciário o aditamento à Escritura de Emissão, de forma a refletir a alteração da espécie das Debêntures de quirografária para com garantia real em até 30 (trinta) dias contados da publicação do Anúncio de Início;
- b) pedido de auto-falência da Emissora, dos Intervenientes Anuentes, da Eletropaulo e/ou da AES Tietê; (b) pedido de falência da Emissora, dos Intervenientes Anuentes, da Eletropaulo e/ou da AES Tietê formulado por terceiros e não devidamente elidido pela Emissora, pelos Intervenientes Anuentes, pela Eletropaulo e/ou pela AES Tietê, no prazo legal; (c) decretação de falência da Emissora, dos Intervenientes Anuentes, da Eletropaulo e/ou da AES Tietê; e/ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, de seus acionistas controladores diretos, da Eletropaulo e/ou da AES Tietê;
- c) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do respectivo vencimento;
- d) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, e no caso das Intervenientes Anuentes o descumprimento de obrigações relevantes a serem previstas nos documentos das Garantias Reais, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias de notificação do Agente Fiduciário a respeito do descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- e) (I) alteração de controle acionário da Emissora que não resulte na AES Corporation ou no BNDES ou em ambos como controladores (direta ou indiretamente) da Emissora; e (II) cisão, fusão, incorporação, transformação e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora, ou qualquer uma das Intervenientes Anuentes, que implique a redução da participação acionária, na Data de Emissão, da Emissora direta ou indiretamente, em Eletropaulo e AES Tietê,



21

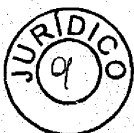
**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

exceto (i) por vendas permitidas de acordo com o item 4.6.1.9 (ii) desta Escritura, sem prejuízo do disposto no subitem I acima e (ii) pelos atos societários previstos na Cláusula XI desta Escritura;

- f) alienação, pela Eletropaulo ou pela AES Tietê, de ativos essenciais às suas atividades, que possa afetar a capacidade de pagamento das Debêntures;
- g) intervenção, extinção ou transferência da concessão e autorização para a exploração de serviços de geração de energia pela AES Tietê, e da concessão para a exploração pela Eletropaulo de serviços de distribuição de energia;
- h) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, a Eletropaulo e/ou a AES Tietê, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior ao valor em reais equivalente a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), salvo se (a) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se comprove que o protesto tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- i) ocorrência de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, a Eletropaulo ou a AES Tietê, cujo valor individual ou agregado ultrapasse o valor em reais equivalente a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), salvo se a Emissora, a Eletropaulo ou a AES Tietê, conforme o caso, comprovar o pagamento aos Debenturistas no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do referido pagamento, do respectivo valor total da condenação, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva e desde que a Emissora, a Eletropaulo ou a AES Tietê, conforme o caso, não comprove estar negociando com o credor o pagamento do valor devido;
- j) não-manutenção, desde o primeiro dia após o primeiro ano contado da Data de Emissão das Debêntures, e enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da AES Tietê e Eletropaulo, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

- (i) O índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 2,30.

Onde:



[Handwritten signatures]

22 *[Handwritten mark]*

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILEIRANA DE ENERGIA**

“Dívida Financeira Líquida” significa (i) o somatório de (a) todas as obrigações da AES Tietê e da Eletropaulo por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da AES Tietê e da Eletropaulo evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou saldo devedor da operação de *hedge*; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela AES Tietê e pela Eletropaulo, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da AES Tietê e da Eletropaulo; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da AES Tietê e da Eletropaulo na qualidade de emissora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todo o passivo com o fundo de pensão registrado no balanço; e (g) todas as obrigações, condicionais ou não, da AES Tietê e da Eletropaulo em relação a aceites bancários; (ii) subtraídas todas as Disponibilidades de Caixa, conforme definido abaixo.

“Disponibilidades de Caixa” significa o somatório dos saldos em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da AES Tietê e da Eletropaulo, tais como CDB’s, RDB’s, letras hipotecárias, saldo credor das operações de *hedge*, fundos de investimento e outros e de longo prazo, desde que títulos públicos federais com liquidez.

“EBITDA” significa para qualquer período, o somatório do resultado operacional da AES Tietê e da Eletropaulo e suas subsidiárias; (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) despesas financeiras; (c) todo o caixa recebido pela Eletropaulo atribuível ao reajuste tarifário extraordinário de acordo com a Medida provisória n.º 14, de 21 de dezembro de 2001 – RTE (Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002), exceto a parcela a ser repassada às geradoras; e (d) todos os montantes relativos às despesas com entidade de previdência privada, classificados na conta “Custo de Operação”; (ii) deduzidos de todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade) receitas financeiras.

- (ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 2,5.

Onde:

“Despesas Financeiras Líquidas” significa o somatório das despesas financeiras da Eletropaulo e da AES Tietê deduzido do somatório das receitas financeiras da Eletropaulo e da AES Tietê.



Handwritten signatures and initials, including a large stylized 'J' and a signature with a circled '2'.

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

- k) não manutenção desde o primeiro dia após o primeiro ano contado da Data de Emissão das Debêntures, e enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, por dois trimestres consecutivos, de seguinte índice financeiro apurado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras não consolidadas da Emissora (Demonstrações Controladora), feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com o trimestre imediatamente anterior:

“Cobertura do Serviço da Dívida” maior ou igual a 1,10 nos dois primeiros anos de apuração do índice e 1,25 a partir do terceiro ano de apuração do índice.

Onde:

“Cobertura do Serviço da Dívida” significa, quando aplicado à Emissora, o índice obtido da divisão da (i) Geração de Caixa somado ao Caixa Inicial pela (ii) somatória das Despesas Financeiras Líquidas com a Amortização do Principal das Dívidas.

“Geração de Caixa” significa, quando aplicável à Emissora, para qualquer período, o somatório de todos os recursos recebidos pela Emissora nos últimos seis meses, incluindo mas não se limitando a, (i) toda e qualquer receita auferida pela Emissora em decorrência de pagamentos, remunerações de qualquer tipo (inclusive financeiras), vendas de ativos, indenizações, empréstimos e novas captações cujos recursos sejam utilizados para pagamento de juros e/ou principal da dívida ou de qualquer outra operação ou fato e (ii) dividendos recebidos de suas controladas, deduzindo-se as despesas da atividade (despesas operacionais subtraídas das despesas com amortização e das despesas financeiras líquidas).

“Caixa Inicial” significa, quando aplicável à Emissora, o somatório dos saldos em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da Emissora, tais como CDB's, RDB's, letras hipotecárias, saldo credor das operações de *hedge*, fundos de investimento e outros, e de longo prazo, desde que Títulos Públicos Federais com liquidez, relativo ao semestre imediatamente anterior à verificação do índice.

“Despesas Financeiras Líquidas” significa o somatório das despesas financeiras da Emissora deduzido do somatório das receitas financeiras da Emissora.

“Amortização do Principal das Dívidas” significa, quando aplicável à Emissora, para qualquer período, o somatório das amortizações de principal das suas dívidas nos últimos 6 (seis) meses, sendo dívida o somatório de (a) todas as obrigações da Companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos,



24

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA**

debêntures, notas, contratos derivativos, ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Companhia; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de emissora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários.

- l) não manutenção desde o primeiro dia após o primeiro ano contado da Data de Emissão da Debênture e enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, por dois trimestres consecutivos, do seguinte índice financeiro apurado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras não consolidadas da Emissora feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

“Índice de Dívida sobre Geração de Caixa somado ao Caixa Inicial” menor ou igual a 3,3 nos dois primeiros anos de apuração do índice e 3,0 a partir do terceiro ano de apuração do índice. Enquanto as Debêntures e o valor permitido no item 7.1.27 (ii) abaixo, representarem a única dívida da Emissora, o índice deste item poderá ser de até 3,7.

“Índice de Dívida sobre Geração de Caixa” significa, quando aplicado à Emissora, o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Bruta da Emissora pela Geração de Caixa, os dados relativos à Emissora terão como base as demonstrações financeiras não consolidadas da Emissora.

“Dívida Financeira Bruta” significa, quando aplicável à Emissora (i) o somatório de (a) todas as obrigações da Companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos, ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Companhia; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de emissora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários;

“Geração de Caixa” significa, quando aplicável à Emissora, para qualquer período, o somatório de todos os recursos recebidos pela



Handwritten signatures and the number 25.

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIIANA DE ENERGIA**

Emissora nos últimos doze meses, incluindo mas não se limitando a, (i) toda e qualquer receita auferida pela Emissora em decorrência de pagamentos, remunerações de qualquer tipo (inclusive financeiras), vendas de ativos, indenizações, empréstimos e novas captações cujos recursos sejam utilizados para pagamento de juros e/ou principal da dívida ou de qualquer outra operação ou fato e (ii) dividendos recebidos de suas controladas, deduzindo-se as despesas da atividade (despesas operacionais subtraídas das despesas com amortização e das despesas financeiras líquidas);

“Caixa Inicial” significa, quando aplicável à Emissora, o somatório dos saldos em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da Emissora, tais como CDB’s, RDB’s, letras hipotecárias, saldo credor das operações de *hedge*, fundos de investimento e outros, e de longo prazo, desde que Títulos Públicos Federais com liquidez, relativo ao semestre imediatamente anterior à verificação do índice.

- m) alteração ou modificação do objeto social principal da Emissora, da Eletropaulo e/ou da AES Tietê;
- n) comprovação de inveracidade ou incorreção de qualquer declaração feita pela Emissora que afete de forma adversa e relevante as Debêntures;
- o) (i) não constituição, não formalização, ineficácia ou inexecutabilidade das Garantias Reais no item 4.6.1 desta Escritura de Emissão até 30 (trinta) dias após a data de publicação do Anúncio de Início; ou (ii) caso a formalização, validade ou eficácia das garantias venham a ser questionadas judicialmente pela AES Brasil Holdings Ltda., o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ou respectivas sociedades controladas, direta ou indiretamente, integrantes do grupo econômico da Emissora; ou (iii) descumprimento de quaisquer obrigações previstas nos instrumentos de formalização das Garantias Reais, não sanados em 30 (trinta) dias, exceto se outros prazos tiverem sido estabelecidos nos Contratos de Garantia;
- p) vencimento antecipado de quaisquer dívida e/ou obrigação da Emissora, em cada um dos casos em valor unitário ou agregado superior ao valor em reais equivalente a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos);
- q) vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Eletropaulo e/ou AES Tietê, em cada um dos casos em valor unitário ou agregado superior ao valor em reais equivalente a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos);
- r) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures; e



26

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

- s) descumprimento pela Emissora da obrigação de subscrever qualquer aumento de capital da AES Tietê e da Eletropaulo, a fim de preservar o percentual conjunto de participação no capital social de, no mínimo, 52,54% (cinquenta e dois inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento) e 34,37% (trinta e quatro inteiros e cinquenta e sete por cento), respectivamente, conforme os itens 4.6.1.5 e 7.1.23 desta Escritura, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir dos referidos aumentos.

6.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c), (g) ou (p) desta Cláusula 6.1 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 (a "Instrução CVM 28") e o disposto no item 8.4.1 abaixo.

6.1.2. Na ocorrência dos demais eventos indicados nesta Cláusula 6.1, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de, no máximo 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação e o quorum específico estabelecido no item 6.2. abaixo.

6.2. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 6.1.2. anterior somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

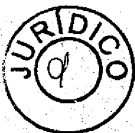
6.3. Caso (i) não ocorra a Assembléia Geral de Debenturistas conforme disposto no item 6.2. supra; (ii) não haja deliberação na data originalmente estabelecida para realização da Assembléia Geral de Debenturistas, salvo se pela sua suspensão; ou (iii) o quorum citado na Cláusula 6.2 acima não seja atingido, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, e demais encargos.

**CLÁUSULA VII
OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1 A Emissora e as Intervenientes Anuentes, quando assim mencionadas, obrigam-se a:

7.1.1. Colaborar com o Coordenador para que sejam atendidos os requisitos do Código ANBID;

7.1.2. Cumprir com todas as obrigações relacionadas à Instrução CVM 400, e, em todos os aspectos relevantes, todas as demais determinações emanadas da CVM, inclusive mediante



A

[Handwritten signature]

27

[Handwritten signature]

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;

7.1.3. Disponibilizar a seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;

7.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

7.1.5. Entregar ao Banco Mandatário e à CETIP, os boletins de subscrição das Debêntures emitidas, devidamente preenchidos e assinados, de forma a viabilizar a liquidação financeira das referidas Debêntures;

7.1.6. Comunicar imediatamente à CVM qualquer inadimplência ao cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;

7.1.7. Realizar todos os pagamentos relacionados às publicações, em jornal de grande circulação, do Anúncio de Início e do Anúncio de Encerramento e da taxa de registro da distribuição perante a CVM, e demais taxas que, porventura, possam vir a ser exigidas pela CVM;

7.1.8. Efetuar o pagamento dos serviços de banco mandatário, bem como o pagamento dos custos de negociação das Debêntures na CETIP;




7.1.9. Notificar prontamente os Debenturistas sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora, da Eletropaulo ou da AES Tietê que (i) possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, por esta, de suas obrigações decorrentes das Debêntures ou (ii) faça com que as informações financeiras fornecidas pela Emissora, pela Eletropaulo e pela AES Tietê não mais reflitam a real condição financeira destas empresas;

7.1.10. Notificar os titulares das Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, da Eletropaulo ou da AES Tietê no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a ocorrência do evento;

7.1.11. As Intervenientes Anuentes e a Emissora não realizarão, e a Emissora fará com que Eletropaulo e AES Tietê não realizem, operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

7.1.12. As Intervenientes Anuentes e a Emissora, enquanto as Debêntures estiverem vigentes, não efetuarão, e a Emissora fará com que Eletropaulo e AES Tietê não efetuem, qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, e a Emissora fará com que Eletropaulo e AES Tietê não efetuem, qualquer alteração substancial na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data, exceto quando e se exigido pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente ou pelo Estado de São Paulo;



  
28

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA**

7.1.13. As Intervenientes Anuentes e a Emissora não praticarão, e a Emissora fará com que Eletropaulo e AES Tietê não pratiquem, qualquer ato, em desacordo com seus respectivos Estatutos Sociais e com a presente Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nas Debêntures, incluindo alterar tais Estatutos Sociais de forma a introduzir reservas estatutárias nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada;

7.1.14. As Intervenientes Anuentes e a Emissora manterão, e a Emissora fará com que Eletropaulo e AES Tietê mantenham, válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

7.1.15. As Intervenientes Anuentes e a Emissora, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados na esfera judicial ou administrativa, manterão em dia, e a Emissora fará com que Eletropaulo e AES Tietê mantenham em dia, o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal cujo não pagamento resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

7.1.16. As Intervenientes Anuentes e a Emissora cumprirão, e a Emissora fará com que Eletropaulo e AES Tietê, cumpram, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realizem negócios ou possuam ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens, cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

7.1.17. Fazer com que a Eletropaulo e a AES Tietê maximizem o pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio;

7.1.18. Não distribuir dividendos, ou realizar quaisquer pagamentos em favor de seus acionistas, se e quando, a Emissora estiver em atraso no pagamento de quaisquer de suas obrigações previstas nas Debêntures;

7.1.19. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, fica vedado à AES Tietê e à Eletropaulo, a realização de mútuos com empresas controladas direta ou indiretamente pela AES Corporation que não estejam sob o controle acionário direto ou indireto da Emissora;

7.1.20. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, fica proibida a redução de capital da AES Tietê e da Eletropaulo para restituição de capital aos acionistas, exceto se o valor atual do capital social apurado no último balanço ou balancete destas empresas, divulgado em setembro de 2006, seja mantido;

7.1.21. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme previsto nesta Escritura;



**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

7.1.22. A partir da constituição das Garantias Reais previstas no item 4.6.1 desta Escritura, manter as ações objeto de tais garantias livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames, com exceção daqueles criados para garantia das Debêntures, enquanto não liquidado o valor total das obrigações decorrentes das Debêntures, sem prejuízo do disposto no item 4.6.1.9;

7.1.23. Subscrever, observado o disposto na Cláusula 4.6.1.5 desta Escritura, qualquer aumento de capital da AES Tietê e da Eletropaulo a fim de preservar o percentual conjunto de participação no capital social de no mínimo, 52,54% (cinquenta e dois inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento) e 34,87% (trinta e quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento), respectivamente, de acordo com os termos mencionados na cláusula 4.6.1 acima, em especial o item 4.6.1.13;

7.1.24. Convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a emissão das Debêntures caso o Agente Fiduciário não o faça;

7.1.25. Manter em funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhes tratamento adequado, ou contratar instituição autorizada a prestar este serviço;

7.1.26. Não transferir ou de qualquer outra forma ceder ou prometer a ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nas Debêntures sem a prévia anuência dos Debenturistas;

7.1.27. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não contrair dívidas que tenham um prazo médio de pagamento ponderado pelo percentual das parcelas de amortização inferior ao da dívida decorrente das Debêntures, ou que tenha parcela de amortização de principal entre junho de 2013 e junho de 2016, sendo autorizado desde já (i) a contratação de operações de derivativos com vistas a proteger a eventual variação cambial pactuados em outros instrumentos de dívida, e (ii) a tomada de quaisquer dívidas, independente da sua natureza, desde que o resultado obtido com a soma dos valores relativos a tais dívidas seja igual ou inferior ao valor equivalente a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos); e

7.1.28. Disponibilizar ao Agente Fiduciário, trimestralmente, declaração relativa à ocorrência de quaisquer dos eventos descritos na Cláusula 6.1, assim como demonstrativo detalhado da apuração de todos os índices financeiros lá mencionados.

**CLÁUSULA VIII
AGENTE FIDUCIÁRIO**

8.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.



30

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

8.2. Substituição

8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada (i) pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.2.6. abaixo.

8.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP.

8.2.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.2.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

8.2.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

8.3. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inveracidades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) examinar a alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos do item 9.1.2., nos órgãos de imprensa referidos no item 4.7.1., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;



4

32

5

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - m.5) resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - m.7) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das Garantias Adicionais, nos termos da Cláusula 4.6.1 desta Escritura;
 - m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos no item 6.1. (k), (l) e (m);
 - m.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - m.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - n.1) na sede da Emissora;
 - n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - n.3) na CVM;



Handwritten signatures and initials, including a large 'd' and a signature that appears to be 'J. F. S.', followed by the number 33.

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

n.4) na Bovespa, na CBLC e na CETIP; e

n.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.

- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.7.1., anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n”;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ANDIMA, à CBLC e à CETIP;
- (q) administrar os recursos oriundos da Emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: à CVM, às Bolsas de Valores, à CBLC e/ou à CETIP, quando e se for o caso;
- (t) verificar a regularidade, suficiência e exequibilidade da constituição das Garantias Reais, observado o disposto no item 4.6.1.3.1., bem como, em data anterior ao aditamento previsto na Cláusula 4.6.1.2 desta Escritura, verificar valor dos Bens Alienados para fins de verificação do limite previsto na alínea “a”, parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12 da Instrução CVM 28; e
- (u) verificar trimestralmente o atendimento dos índices financeiros previstos no item 6.1.(k), (l) e (m) e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.

8.4. Atribuições Específicas

8.4.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;



[Handwritten signatures and initials]

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

- (b) se aplicável, executar as Garantias Reais, até o montante necessário à satisfação das Obrigações Garantidas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora, quando for o caso;
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora; e
- (f) celebrar com a Emissora o aditamento à presente Escritura, conforme previsto no item 4.6.1.2. acima.

8.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do item 8.4.1. se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do referido item 8.4.1.

8.5. Remuneração

8.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas trimestrais de R\$9.000,00 (nove mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela deverá ser paga no 5º dia útil após a obtenção do registro da oferta pública pela CVM e as demais a cada 3 (três) meses.

8.5.2. A remuneração prevista no item 8.5.1. será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

8.5.3. As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral dos Preços de Mercado - IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura da escritura de emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário.

8.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês.

8.5.5. As parcelas serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS, do Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada



35

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIIANA DE ENERGIA**

pagamento.

8.5.6. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de Assembléia Geral de Debenturistas, da própria Assembléia Geral de Debenturistas, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações; extração de certidões; viagens e estadias; despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

8.6. Despesas

8.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

8.6.2. O ressarcimento, a que se refere o item 8.6.1, será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

8.6.3. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a Emissora; e



4

36

5

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA**

- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.6.5: O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 8.6.2. acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8.6.6. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e relativos às Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

**CLÁUSULA IX
ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1. Convocação

9.1.1. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A Assembléia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

9.1.3. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.



37

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excetuadas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, suas controladas e/ou controladoras, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou aquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que alterações (i) na Remuneração, Garantias Reais, Prazos de Vencimento ou Amortização das Debêntures; ou (ii) nos dispositivos sobre *quorum* previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Adicionalmente, alterações nas cláusulas de vencimento antecipado deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

**CLÁUSULA X
DECLARAÇÕES**

10.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que a vier substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e suas atualizações;



[Handwritten signatures]

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura, e a cumprir com suas obrigações previstas em referidos instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) que verificou que as Garantias Reais serão regulares, suficientes e exequíveis após a liberação do gravame mencionado no item 4.6.1.

10.2 A Emissora declara ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastante para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) os termos desta Escritura não contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora, ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (f) as Demonstrações Financeiras consolidadas da Emissora anexadas ao Prospecto, conforme definido abaixo, datadas de 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, bem como as Informações Trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2006, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e



[Handwritten signatures and initials]

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- (g) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto com relação à prévia autorização da ANEEL, conforme mencionada no item 4.6.1.17. desta Escritura;
- (i) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta (em conjunto doravante denominados "Prospecto") conterão, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas no contexto da presente Emissão e necessárias e suficientes para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e suas controladas, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora e suas controladas são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (j) todas as informações com relação a AES Tietê, a Eletropaulo e a Uruguaiana contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (k) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto em relação à Emissora são dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (l) não há fatos relativos à Emissora, à AES Tietê, à Eletropaulo e à Uruguaiana ou relativos às Debêntures, que sejam do seu conhecimento, não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração ou informação relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (m) a celebração desta Escritura, a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento relevante do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias Reais; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



[Handwritten signatures]
40

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

- (n) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental do conhecimento da Emissora que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e
- (o) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

10.2.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e as instituições intermediárias desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelas instituições intermediárias da Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 10.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

**CLÁUSULA XI
REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

11.1. O grupo de empresas ao qual a Emissora pertence está passando por uma reorganização societária, conforme descrita na Seção "Reorganização Societária do Grupo AES" do Prospecto, ficando desde logo autorizados os seguintes atos societários: (i) qualquer incorporação entre as Intervenientes Anuentes; ou (ii) qualquer incorporação entre qualquer Interveniente Anuente e a Emissora ou, em todos os casos, desde que a Emissora mantenha, direta ou indiretamente, o mesmo percentual de participação na Eletropaulo, na AES Tietê e na Uruguaiana que detém, direta ou indiretamente, nesta data.

11.2. O Agente Fiduciário fica desde logo autorizado e obrigado a celebrar todos e quaisquer documentos, que sejam necessários para a implementação dos atos societários mencionados no item 11.1 desta Escritura, sendo certo que não será necessária a realização de Assembléia Geral de Debenturistas para aprovação de tais atos, que ficam desde esta data aprovados.

11.3. Para fins de clareza, no caso de ocorrência de incorporação, fusão ou cisão da Emissora, esta observará todos os direitos dos Debenturistas previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações.



Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and a signature that appears to be 'J. S. S.', along with the number '41'.

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

**CLÁUSULA XII
DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura. Essa disposição não se aplica à Cláusula 4.2., a qual será regida por seus termos específicos.

12.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os endereços indicados no item 4.7. acima.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.6. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



Handwritten signatures and initials, including a large 'S' and the number '42'.

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

12.7. Foro

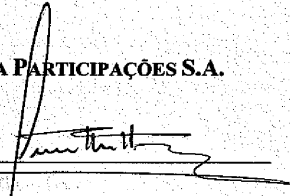
Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 11 (onze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

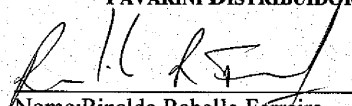
São Paulo, 13 de dezembro de 2006


COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: Eduardo José Euzébio
Cargo:

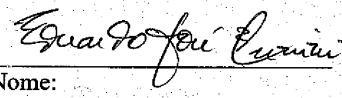

Nome: Carlos Alberto Bacha
Cargo:

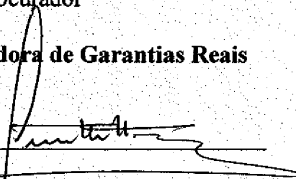
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: Rinaldo Rabello Ferreira
Cargo: Procurador

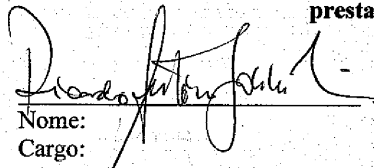

Nome: Carlos Alberto Bacha
Cargo: Procurador

AES ELPA S.A., na qualidade de prestadora de Garantias Reais


Nome: Eduardo José Euzébio
Cargo:


Nome: Carlos Alberto Bacha
Cargo:

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., na qualidade de
prestadora de Garantias Reais**


Nome: Rinaldo Rabello Ferreira
Cargo:


Nome: _____
Cargo: _____

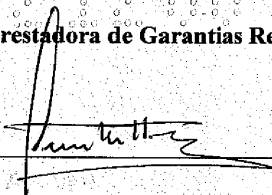


**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

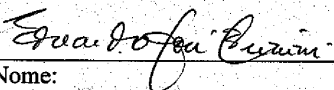
Página de assinaturas da "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Companhia Brasileira de Energia", celebrada em 13 de dezembro de 2006

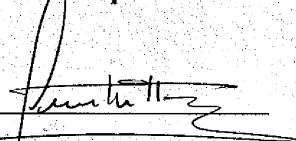
AES URUGUAIANA INC., na qualidade de prestadora de Garantias Reais


Nome: Eduardo José Burini
Cargo: Presidente

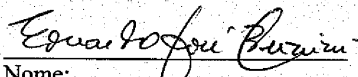

Nome: Paulo Roberto de Almeida
Cargo: Presidente

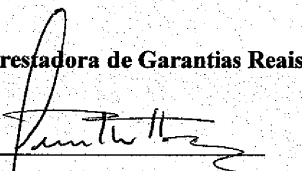
AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A., na qualidade de prestadora de Garantias Reais


Nome: Eduardo José Burini
Cargo: Presidente

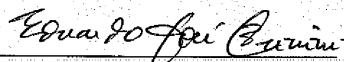

Nome: Paulo Roberto de Almeida
Cargo: Presidente

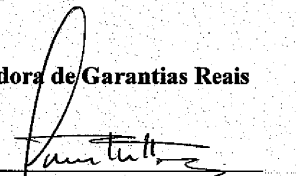
AES TIETÊ HOLDING LTD., na qualidade de prestadora de Garantias Reais


Nome: Eduardo José Burini
Cargo: Presidente




Nome: Paulo Roberto de Almeida
Cargo: Presidente

AES TH II LTD., na qualidade de prestadora de Garantias Reais


Nome: Eduardo José Burini
Cargo: Presidente


Nome: Paulo Roberto de Almeida
Cargo: Presidente

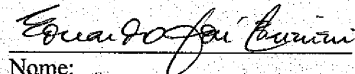


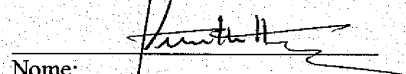
 
44

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

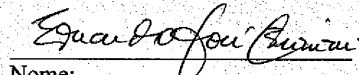
Página de assinaturas da "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Companhia Brasileira de Energia", celebrada em 13 de dezembro de 2006

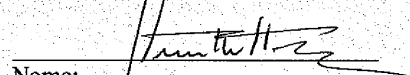
AES TIETÊ EMPREENDIMENTOS S.A., na qualidade de prestadora de Garantias Reais


Nome: Eduardo José Buzini
Cargo: _____

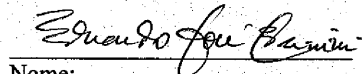

Nome: _____
Cargo: _____

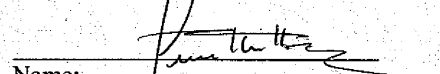
AES TIETÊ PARTICIPAÇÕES S.A., na qualidade de prestadora de Garantias Reais


Nome: Eduardo José Buzini
Cargo: _____

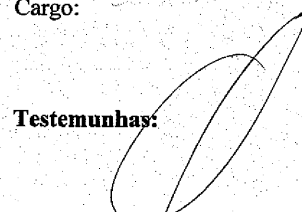

Nome: _____
Cargo: _____


AES TIETÊ S.A., na qualidade de Interviente Anuente


Nome: Eduardo José Buzini
Cargo: _____


Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:


Nome: JANIA LÚCIA ALVES SILVA
R.G.: 13.565.984


Nome: Cristine Kzetevisan
R.G.: 2384994-2



